

# O CONTRIBUTO DE DOM SEBASTIÃO SOARES DE RESENDE PARA OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS DE LIBERTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

*Data de aceite: 03/06/2024*

**Samuel Obedias Ernesto Simango**

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como tema: O contributo de Dom Sebastião Soares de Resende para os Movimentos de Libertação em Moçambique. O artigo debruça-se sobre o papel de Dom Sebastião 1º Bispo da Dioceses da Beira entre 1943 e 1967 no processo da consciencialização dos moçambicanos para a sua luta contra a opressão colonial portuguesa. A pesquisa tem como objectivo geral analisar o contributo de Dom Sebastião Soares de Resende para os Movimentos de Libertação em Moçambique. Para responder a esse objetivo geral, a pesquisa tem três objectivos específicos são: indicar o contexto político do consulado de Dom Sebastião de Resende; Caracterizar as dinâmicas do nacionalismo africano e moçambicano no consulado de Dom Sebastião Soares de Resende; apresentar as acções levadas a cabo por Dom Sebastião Soares de Resende para a consciência nacionalista. Assim sendo, levanta-se o seguinte o problema: Qual foi o contributo de Dom Sebastião Soares de Resende para os Movimentos de Libertação em Moçambique? Para o alcançar os

objectivos pretendidos, fez-se um estudo de carácter qualitativo. Os métodos de colecta de dados usados foram a recolha de dados, dados secundários obtidos através de material bibliográfico. Do resultado, pode se afirmar que Dom Sebastião Soares de Resende no âmbito da sua acção pastoral contribuiu para a consciencialização dos moçambicanos através da sua afronta ao regime salazaristas, educação da juventude e na denúncia das injustiças coloniais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Consciencialização da juventude, Nacionalismo, Independência, Movimentos nacionalistas.

**ABSTRACT:** This research has as its theme: The contribution of Dom Sebastião Soares de Resende to the Liberation Movements in Mozambique. The article focuses on the role of Dom Sebastião, 1st Bishop of the Dioceses of Beira between 1943 and 1967 in the process of raising awareness among Mozambicans in their fight against Portuguese colonial oppression. The research has the general objective of analysing the contribution of Dom Sebastião Soares de Resende to the Liberation Movements in Mozambique. To respond to this general objective, the research has three specific objectives: to indicate the political

context of Dom Sebastião de Resende's consulate; characterize the dynamics of African and Mozambican nationalism in the consulate of Dom Sebastião Soares de Resende; present the actions carried out by Dom Sebastião Soares de Resende for nationalist awareness. Therefore, the following problem arises: What was the contribution of Dom Sebastião Soares de Resende to the Liberation Movements in Mozambique? To achieve the desired objectives, a qualitative study was carried out. The data collection methods used were data collection, secondary data obtained through bibliographic material. From the result, it can be said that Dom Sebastião Soares de Resende, within the scope of his pastoral action, contributed to raising awareness among Mozambicans through his affront to the Salazar regime, educating youth and denouncing colonial injustices.

**KEYWORDS:** Youth awareness, Nationalism, Independence, Nationalist movements.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objectivo principal de analisar a contribuição de Dom Sebastião Soares de Resende para o advento da consciência nacionalista entre os moçambicanos, a partir da sua acção pastoral na diocese central da Beira.

A diocese da Beira em 1943 era bastante extensa e correspondia aos territórios das actuais províncias de Manica, Sofala, Zambézia e Tete onde em termos eclesiásticos funcionam as vigentes dioceses da Beira, Quelimane, Chimoio, Tete e Gurué.

A região abrangida pela Diocese da Beira, era uma zona muito rica em minério, silvicultura, agricultura, caça e pesca, sendo cobiçada por várias companhias estrangeiras onde se destacavam a Companhias de Moçambique, a companhia da Zambézia, a Companhia da Boror e a Companhia Sena Sugar State. Para além das imensas riquezas que a região dispunha nela residiam diversas etnias tais como os Chuabo, os Lomue, os sena, os nyanja, os teue, os manyika e os ndau.

Uma das características comuns neste enorme território era a exploração desenfreada que as populações africanas, também tratadas por indígenas eram submetidas tanto pelas autoridades coloniais, as companhias majestáticas e pelos colonos que essencialmente eram os pequenos proprietários nas comunidades aldeãs.

A criação da Diocese da Beira, em parte como o corolário da Concordata assinada entre o governo da República Portuguesa e a Santa Sé, em 1940 e a sua existência e aplicação visavam contribuir para o relançamento das relações entre as partes que tinham sido gravemente prejudicadas com o advento da República em 1910. Por via da Concordata, a República Portuguesa reconhecia à Igreja Católica o direito de exercer a sua missão apostólica e garantia o exercício público e livre das suas actividades, nomeadamente as de culto, magistério e ministério, bem como a jurisdição em matéria eclesiástica.

Dom Sebastião foi designado Bispo da Diocese da Beira três anos depois da assinatura da Concordata, isto é, em 1943, ano em que tomou posse plena em 8 de Dezembro. Assumindo as rédeas da Diocese, tomou conhecimento da difícil situação que se vivia no território e isso marcaria a sua relação com as autoridades portuguesas. O

Bispo Resende considerava que as profundas relações históricas entre a Igreja Católica e Portugal e tinha em vista as mútuas responsabilidades que os vinculavam, no âmbito da liberdade religiosa, ao serviço do bem comum e ao empenho na construção de uma sociedade que promova a dignidade da pessoa humana, a justiça e a paz;

Contrariamente ao entendimento de Dom Sebastião para com a Concordata, o regime de Salazar, entendia que este instrumento regulatório das relações do Estado português e a Santa Sé devia significar a subordinação da Igreja Católica de forma acrítica as políticas coloniais de injustiça, desrespeito das normas básicas dos Direitos Humanos que a que os africanos indígenas eram submetidos.

Relevância política e social desta pesquisa é essencial, pois, permite perceber como os responsáveis eclesiais através do seu múnus pastoral podem politicamente, contribuir para consciencialização das comunidades para defenderem os seus direitos políticos, económicos e sociais no quadro de uma cidadania responsável como aconteceu depois com a formação dos movimentos de libertação nacional em Moçambique.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### Definição de conceitos

Para suportar o presente artigo, os principais conceitos giram em torno do entendimento que se tem do nacionalismo na sua acepção universal e o nacionalismo africano e moçambicano, para além do papel levado a cabo pelas Igrejas que ajudaram na consciência nacionalista em África e em Moçambique.

#### *Nacionalismo*

O principal significado de nação é o político e este está associado às ideias tais como: de povo, a nossa terra comum, o público, o bem-estar público, o bem comum e ideário colectivo comum. Pode assim referir-se que se trata afinal de um corpo de cidadãos cuja soberania coletiva constituía um Estado. Porém, para John Stuart Mill a posse do sentimento nacional não esgota o conceito de nação. Para este filósofo inglês, os membros de uma nacionalidade desejam estar sob o mesmo governo e ser governados por eles próprios ou por uma parte deles, exclusivamente (Hosbawn, 1998).

As reproduções de nacionalismo oferecem uma sucessão de representações de realidade que alimentam as ideias de formação nacional. Nesta dimensão as ideologias tornam-se elementos essenciais para a construção imaginária das nações. As sociedades nacionais na necessidade de concretizar essas representações criam de símbolos materiais e imateriais como monumentos e locais de reverência.

Na sua reprodução mais ideológica os sinais claros a época moderna, onde os nacionalismos possuem ligação incontestável com a História Contemporânea, uma vez

que o nacionalismo é um produto direto da Revolução Francesa (1789), e, neste quesito, fundamenta-se a ideia de que o Estado deixa de ser uma entidade essencialmente patrimonialista para se tornar algo de interesse cultural comum.

Para o materialismo historicista marxista, o Estado não é uma entidade natural, mas sim histórica, construída pelos homens e de natureza e ele obedece a uma arbitrariedade social. Desta forma os marxistas relacionam os nacionalismos, assim como a religião, com o controlo ideológico da burguesia sobre o proletariado.

Na óptica de Chauí (2000), “A ideia de nação surgiu como uma tentativa de incluir os habitantes no território da administração estatal e de obter lealdade dos habitantes ao sistema dirigente, uma vez que esta disputava a hegemonia dos trabalhadores com o marxismo (p.17). Para os marxistas, o conceito de nação é apreciado como uma irregularidade, visto que a luta internacionalista da revolução proletária não concebe fronteiras nacionais como advogava a burguesia imperialista.

Na percepção marxista, os sujeitos enquanto actores políticos cumprem uma função preponderante na manutenção de uma ordem económica independente a seus desejos. O Estado burgues imperialista, ao ser a fonte principal da insegurança no século precipitou o aceleramento do culto à nação. Desta forma a maioria das experiencias dos nacionalismos não abrange questões de diversidades, mas questões homogeneizadoras. Esta nova realidade levaria as elites a inventarem tradições para justificar a importância das nações e dos respectivos nacionalismos.

O Estado-Nação para a corrente de Sigmund Freud, seria um instrumento inerente de repressão dos impulsos humanos. A questão das nacionalidades, no sentido freudiano, surge como “um impulso à perpetuação de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede o cidadão de lidar com ela. A tradição montada sobre um passado mítico e glorioso é erguida em uma razão única, capaz de dar sentido ao vazio de identidade vivido por cada um dentro de uma sociedade racionalista” (Silva, 2001, p.79)

O nacionalismo foi favorecido em grande parte pela exaltação da indiferença e do distanciamento em relação ao outro em favor de um coletivo anónimo, e, isto, mormente na Europa, consolidou-se como uma das heranças perpetuadas a partir do advento de sociedades pós-modernas. Nesse aspecto, Silva (2001) reconhece que “Há sem dúvida um medo real, concreto, ligado às garantias de trabalho, de velhice, de aceitação profissional e do sucesso na sociedade moderna em não ser um perdedor” (p.92). A situação de constante insegurança social permite a intensificação dos medos reais e a busca ansiosa de garantias, normalmente, encontradas na figura de um líder carismático.

O conceito mais difundido e mais consolidado é o defendido pelos liberais, onde as nações eram objectos da acção da natureza e eram necessárias para relacionar ao território às questões culturais de cada povo. Nesse sentido, as nações conseguiriam coexistir sem a necessidade da guerra para normar suas relações embora a existência do Estado sem a existência da nação fosse entendida como sendo artificial e arbitrário.

Na perspectiva de Anderson (1994), a concepção de nacionalismo pode ser entendida mais como uma construção do raciocínio comum do que como uma doutrina perpetuada pelos Estados. Os nacionalismos possuem legitimidade emocional profunda a ponto de se tornarem entidades históricas incontestáveis, mais antigas do que realmente são, uma vez que estabelece um vínculo com o passado mitológico como origem em comum. Deve-se entender que esta criação imaginária da nação para busca ser um instrumento de unificação social em assuntos que não encontraram caminhos para serem resolvidos no nível micro ou individual, fazendo com que todos os cidadãos se conhecessem e interagissem indiretamente por meio de sentimentos e esforços colectivos.

Os ambientes de imperialismo designavam as atitudes coercitivas de um centro metropolitano dominante governando um outro território distante, caracterizado a partir de 1885 com o advento impetuoso do colonialismo moderno que afectou as estruturas políticas do continente africano. Nesta contextualização, Said (2000) relaciona essa prática ao controle da soberania política de um Estado por outro alcançado por meio da violência e da dependência econômica, social e cultural.

Rebatendo Anderson, Mancini (1995), propõe que os nacionalismos são de facto construções culturais imaginárias, mas, entretanto, não são tão antigos quanto a História. Afiança que fundação da nação se tornou um sistema permanente de constante reciclagem e modelamento, que acabou se transformando em um poderoso instrumento de submissão da população em favor de governos.

Mancini (1995) assevera que a nação é um assunto indispensável e original que nunca foi criado, sendo assim não teve um começo e não terá fim. As nações são uma dimensão natural e necessária da história humana, cuja vitalidade histórica depende de sua liberdade. Para o autor em referência, a nação sempre existiu, mesmo fora da consciência dos homens.

Apesar de um aparente distanciamento conceptual, há uma convergência de opiniões entre os autores considerando que a ideia de nação, como sendo um fenómeno dotado de grande historicidade construído pelo imaginário, precisou da História para se legitimar e para fazer acreditar que a identidade dos países estava assentada em um passado muitas vezes anterior à própria existência temporal do Estado-Nação enquanto unidade política.

### *Nacionalismo africano e moçambicano*

As dinâmicas do nacionalismo Africano assim como do nacionalismo moçambicano são na sua essência diferentes do europeu. Em África como em Moçambique, foi a dominação colonial e principalmente a opressão submetida aos povos indígenas colonizados, que gerou o sentimento nacionalista. O nacionalismo moçambicano brota como contestação do colonialismo português e manifestou-se, principalmente ao nível das associações, da Imprensa e da poesia e em muitos casos alicerçados a partir de instituições religiosas que estavam em contacto com a maioria dos nativos.

Nesta perspectiva fica evidente que o nacionalismo em África e toda a sua evolução no tempo e na história dos séculos XIX e XX foi, fundamentalmente, a expressão de um sentimento de rejeição contra a dominação colonial europeia, e a não-aceitação da supremacia dos ocidentais sobre os africanos assim como o controlo da vida política dos africanos pelas autoridades imperialistas da burguesia europeia.

Na generalidade dos casos, o nacionalismo africano não se deve ao sentimento de pertencer a uma unidade político-cultural que procura defender-se ou afirmar-se; representa, antes, o esforço desenvolvido por modernistas conscientes de uma realidade racial para criar novas nacionalidades políticas e culturais, a partir das heterogêneas populações englobadas dentro das fronteiras artificiais impostas pelo senhor europeu, uma vez que com a partilha de África as nações africanas foram diluídas nas fronteiras coloniais (Oloruntimehin, 1991)

A ideia do recuperar o era dos africanos é bem reflectida por um dos grandes cultor da necessidade do resgate da personalidade africana, isto é, a necessidade do africano falar de si a partir si mesmo e não de um outro, foi Nkrumah:

Durante muito tempo em nossa história, a África falou através das vozes de outros. Agora, o que eu chamei de “personalidade Africana” em assuntos internacionais terão uma *chance* de fazer o seu impacto e deixará o mundo conhecê-lo através das vozes dos próprios filhos de África... Quando olhamos para a história do nosso continente, não podemos fugir do fato de termos sido vítimas da dominação estrangeira. Por muito tempo não temos tido nenhuma palavra na gestão de nossos próprios assuntos ou em decidir nossos próprios destinos (Nkrumah, 1961, pp. 125-126).

No percurso histórico do nacionalismo africano, estão presentes duas propostas que tiveram o seu respectivo protagonismo na consolidação do conceito de nacionalismo africano que foram o Pan-africanismo e a Negritude. Contudo, a procura pela afirmação da personalidade do africano se deu de maneira distinta nos dois movimentos, situação que demarca a diferença entre um e outro. Para Capoco (2013), “o pan-africanismo tinha seu enfoque principal na reivindicação de direitos políticos para todos os africanos, que para tal revestia-se de grande carga ideológica nacional. Já a negritude, grosso modo, assentou sua luta nos aspetos culturais, isto é, defender a cultura africana por meio da arte, literatura, poesia e pela inteligência do próprio africano” (p. 48). Foram estes os movimentos intelectuais e ideológicos que estiveram na base da formação da consciência nacionalista em África

Moçambique à semelhança dos outros países africanos teve o seu nacionalismo resultante da opressão colonial europeia e concretamente de Portugal que ganhou maior ímpeto com o advento do regime fascista de Oliveira Salazar então presidente do Conselho do Estado. Os moçambicanos não constituíam uma Nação-Estado com denominador linguístico, cultural e religiosos comuns no território onde conviviam sob a dominação colonial. Este facto, vai relevar o facto de as várias elites que se uniram para a formação

dos movimentos para a libertação do território o fizessem a partir da sua experiência de opressão e dominação estrangeira.

Numa primeira fase os moçambicanos procuraram seguir as experiências das antigas colônias inglesas e francesas de conquistar a sua independência nacional via diálogo com a potência colonizadora, mas, esta via não foi aceite pelo Estado novo, designação dada ao Estado português governado por Salazar. Fica evidente que a “Libertação nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Commonwealth, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenómeno violento, (...) é simplesmente a substituição de uma ‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens” (Fanon, 1968, p.27).

Na busca da sua libertação do jugo colonial os moçambicanos constituíram-se em três movimentos: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO em Salisbury, hoje Harare- Zimbábue, 1960), União Nacional Africana de Moçambique (MANU, formada em 1961) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI, fundada no Malawi em 1961). Estes movimentos fundiram-se em um único sob os auspícios do presidente tanzaniano Julius Nyerere. Oficialmente, em 25 de Junho de 1962 foi fundada a Frente de Libertação de Moçambique, também conhecida cujo acrónimo FRELIMO, em Dar-es-Salaam, na Tanzânia (Mondlane, 1995).

De conformidade com Uria Simango (1969), a unificação dessas organizações foi o mais importante acontecimento realizado pelo povo moçambicano na luta contra o colonialismo português. Continuando, sustenta que o objectivo a é de alcançar a independência de Moçambique do domínio colonial português. A FRELIMO pertencia a todos os moçambicanos, independentemente do seu credo, sexo ou ideais políticos, desde que aceitassem as regras e o programa da Frente. A unidade e a luta tinham como base o moçambicano e nacionalista africano. Simango diz que esta orientação que guiou os fundadores da Frente de Libertação ajudou a reunir todos os membros das organizações anteriores e outros na consolidação da Frente e da luta. Os princípios fundamentais da Frente de Libertação de Moçambique, de acordo com Simango, foram:

- Libertar Moçambique da dominação colonial portuguesa
- Desencadear a luta armada para a saída dos portugueses.
- Garantir os direitos de liberdade e cidadania aos moçambicanos.

O nacionalismo africano tem as mesmas características do moçambicano quanto as suas raízes que assentam na resposta a uma resposta a dominação colonial bem com a opressão e as várias formas de injustiça que os africanos eram submetidos. Entretanto, as formas de luta contra o colonialismo não foram iguais para todos os territórios colonizados. Houve países que obtiveram a independência através de uma transição via diálogo e outros que conquistaram a independência através de uma luta armada contra o poder dominante que foi o caso de Moçambique.

## *As Igrejas cristãs e o nacionalismo em África*

A implantação do cristianismo em África acompanhou o movimento da expansão europeia e acima de tudo a fase imperialista que culminou com a dominação política, económica e cultural dos africanos. As instituições cristãs assumiram em muitos casos o grande papel de modelar a parte social e cultural das sociedades africanas. Em África pontificaram duas importantes correntes do cristianismo: o catolicismo e o protestantismo. Um pouco por toda África Subsariana foram edificadas missões católicas e protestantes que seriam as estações mais próximas para a educação e aculturação das comunidades indígenas.

No caso das colónias portuguesas, a Igreja Católica tinha uma preponderância pelo facto de ser considerada nacional e ter acordos com o Estado português. Na visão de Costa (1970), no campo da instrução havia escolas em todas as Missões e muitas espalhadas pelo mato, para além de dezenas de livros escritos pelos missionários; no campo da formação profissional construíram-se oficinas em todas as missões, onde irmãos, mestres nas várias artes, formam milhares de artistas nativos; no campo da assistência foram edificados hospitais, dispensários e farmácias, onde doentes de todas as cores e credos encontraram alívio para os seus sofrimentos.

Nas colónias portuguesas, o protestantismo, no entanto, era meramente tolerado. Portugal tinha assinado o documento final da Conferência de Berlim, comprometendo-se a proteger e promover todas as Missões, independente da sua procedência nacional ou confessional. O Governo se vinculava a este compromisso, via os Protestantes, porém, com desconfiança, mormente com as denominações de origem não europeias, pelo facto de promoverem mais a língua e a cultura local em detrimento da portuguesa, fazia com que fossem vistos como factor estranho e incómodo.

Referindo ao caso de Angola, Bauer (1994) refere:

Também a chegada dos primeiros missionários Protestantes: ‘A Junta Americana de Comissários para as Missões Estrangeiras fez a sua primeira expedição ao interior de África na direcção do Planalto Central. Em 1882, atingiram o Bié, que então ainda era um reino Ovimbundu. O mérito particular desta missão foi o de produzir um Novo Testamento em língua umbundu’ (p. 228).

As Igrejas, tanto a Católica quanto as Protestantes apesar de na sua essência estarem ligadas ao advento do colonialismo, houve importantes congregações e figuras da Igreja entre europeus, americanos e africanos tiveram um papel fundamental para o surgimento e consolidação do nacionalismo africano que culminou com as independências dos países dos países africanos entre a década de 50 e de 70.

A Igreja desempenhou um papel significativo no nacionalismo político da Rodésia (Zimbabwe) entre 1890 e 1980, dado que alguns membros do clero, notavelmente como o reverendo Ndabaningi Sithole da Igreja Metodista (IM) e o Bispo da Igreja Metodista Unida



Abel Muzorewa (IMU), lideraram a política nacionalista africana. Neste sentido, Sithole, foi membro fundador e líder da União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU), enquanto Muzorewa, foi líder do Conselho Nacional Africano Unido (UANC), e chegou a ser primeiro primeiro-ministro africano do Zimbábue-Rodésia em 1979 quando Ian Smith tentou uma solução transitória para o poder de maioria negra (Hove & Chenzi, 2017).

Relevando o contributo da Igreja, Mazrui e Wondji (2010) afirmam que a acção das missões cristãs marcou profundamente a política educativa colonial, pois, em cada colónia e de forma específica, a educação dos nativos criou uma divisão particular das tarefas entre a Igreja e o Estado na medida em que a missão de doutrinação estaria sob a alçada dos missionários, mas, não há dúvida que eles colaboravam em um mesmo projeto político. Com efeito, a educação colonial buscou primeiramente formar africanos para serem aptos a se tornarem professores ou catequistas. Estes dois autores exemplificam a sua conclusão pelo facto de o próprio Kwame Nkrumah enquanto jovem ambicionava se tornar padre católico e que mais tarde e a partir das vivências dos círculos católicos com outros jovens da sua época se tornaria um líder de referência do nacionalismo africano.

No caso do nacionalismo moçambicano, pode-se destacar a figura de Kamba Simango, intelectual e pastor evangélico da Igreja American Board que de facto o indubitavelmente foi o primeiro académico moçambicano indígena negro a abraçar a academia no primeiro quartel do século XX e que desenvolveu ideias nacionalistas que se caracterizaram por denúncias ao regime colonial contra as praticas desumanas infringidas aos moçambicanos no trabalho forçado do algodão, e principalmente as mulheres que eram obrigadas a deixar as crianças ao sol escaldante para fazerem a apanha de algodão nas farmas dos europeus como consta em, (AFRICANA STUDIA, 2015):

Kamba Simango chegou a trabalhar com aquele que é considerado o fundador da antropologia norte- -americana: Franz Boas. Na história da antropologia, se consultamos os manuais ou mesmo as biografias de Franz Boas, a figura de Kamba Simango ou não aparece ou aparece muito invisibilizada, apesar de Franz Boas e Kamba Simango terem construído uma relação que não foi uma simples relação de mestre e discípulo. Construíram uma relação quase que de amizade que se estende de 1914 até 1924 (p. 115)

A Igreja Católica em Moçambique teve no Bispo da Beira, Dom Sebastião Soares de Resende uma figura que se opôs à governação de António Salazar, não concordando com as políticas baseadas na injustiça e o desrespeito dos direitos humanos infringidos aos negros africanos. Para as mudanças sociais e educativas o Bispo fez-se rodear da sociedade dos Padres Brancos, instalados na região central desde 1945 e expulsa no final da década de 1960 por incompatibilidade com o regime colonial revelaram que no seio do catolicismo português em Moçambique havia divergências profundas em relação ao que se devia entender sobre a supracitada concordata. Neste dilema existencial do colonialismo coube ao Bispo da Beira uma reflexão sistemática quanto ao lugar de Portugal em África e sobre a inevitabilidade do processo de independência, assim como a Congregação

dos Padres Brancos foram responsáveis por uma verdadeira revolução no que toca ao pensamento e prática missionária que em muito se aproxima ao que hoje se denomina de inculturação (Thomas, 2002).

O papel das Igrejas na consciencialização dos africanos para abraçarem o nacionalismo foi muito importante na medida em que muitos dos quadros que abraçaram os ideais nacionalistas tiveram alguma influência das instituições subordinadas às Igrejas, que assumiram em grande medida a educação da juventude nas escolas sob sua gestão, onde se formaram círculos nacionalistas consolidados com as experiências conseguidas por muitos deles junto dos intelectuais europeus.

## **A ACÇÃO DE DOM SEBASTIÃO SOARES DE RESENDE**

Dom Sebastião Soares de Resende era um cidadão português que foi nomeado para Bispo da nova Diocese da Beira criada em 1943, depois da assinatura do Acordo Missionário e do Estatuto Missionário, assinados entre o Governo Português e a Santa Sé. Ao abrigo destes instrumentos jurídicos, e na condição de cidadão português o regime colonial esperava que o Bispo da Beira actuasse no múnus ao favor da política seguida pelo regime de Salazar em relação aos indígenas (Arquidiocese da Beira, 2023).

No consulado do Bispo da Beira que se estendeu de 1943 a 1967, numa diocese com um extenso território que abarcava os distritos de Manica e Sofala, Zambézia e Tete este prelado usou para a sua comunicação com os fieis e a sociedade em geral as cartas pastorais, a homilias e discursos versando sobre a situação que se vivia nos territórios coloniais num prisma dentro da Doutrina Social da Igreja.

A linha de pensamento do Bispo pode ser escrutinada na sua carta pastoral na qual propunha um Moçambique melhor do que aquele que se vivia nas relações entre as autoridades e os governados, essencialmente os indígenas.

Há, pois, que levar os moçambicanos em estado de atraso humano e social e todos os demais a tomar a consciência do que são e do que devem ser: criaturas de corpo e alma espiritual, com dignidade e independência de pessoas humanas, porque feitas à imagem de Deus e dada a sua elevação ao estado sobrenatural, divinizadas pela graça merecida para todos por Cristo Redentor (Difel, 1994, p. 1253).

O pensamento filosófico, teológico e social estava virado para aceção de que os homens eram todos iguais uma vez que eram criaturas que Deus os tinha criado à sua semelhança, sendo assim todos eram irmãos e que nenhuma injustiça seria justificável.

## A luta pela justiça

Dom Sebastião diferenciou-se dos seus contemporâneos pelo seu amor à justiça. Para ele a justiça devia ser devida a todos os homens independentemente da sua origem e condição social. É assim que ele afirmava que a justiça devia ser feita aos brancos, e aos pretos, aos católicos e aos não católicos. Sentenciava, ao afirmar na sua carta pastoral de Dezembro de 1953 que o africano tinha sede pela justiça que ainda tardava chegar.

A valorização das línguas africanas por parte dos detentores dos poderes administrativos e de justiça representava para D. Sebastião uma necessidade urgente, uma vez que muita injustiça que recaia aos africanos resultava do facto de os gestores da administração pública não se interessar pelas línguas locais distanciando-se assim de compreender os seus governados. Ele não concordava com a justiça feita a partir dos intérpretes, ou seja, por interpostas pessoas. Dom Sebastião para exemplificar as injustiças infligidas aos africanos afirmava (Difel, 1994, p.577) “É que a justiça aplicada através da língua do intérprete e da força de sipais é, frequentemente, justiça desgraçada, quer dizer: é a mais flagrante injustiça. Estes senhores intérpretes e sipais representam, algumas vezes a elefantíase do poder local, geral e central acumulados”.

É no campo da justiça que ele afirmava que o africano tinha o direito de possuir a sua casa e terra, para ele o africano devia habitar em condições humanas para a realização plena das suas necessidades. Uma das situações que mais repugnavam aquele prelado era a usurpação das melhores terras que pertenciam aos africanos a favor dos europeus e das companhias agrícolas. Como forma de exprimir a sua desconformidade com esta prática dizia: “Ora o solo africano foi propriedade plena dos nativos muito antes de ser dos europeus. Aqueles habitaram-no séculos antes destes.” (Difel, 1994, p. 575).

Dom Sebastião entendia que as injustiças praticadas contras os moçambicanos, particularmente aos autóctones deviam ser paradas quanto antes, uma vez que a única forma dos injustiçados replicarem ao desprezo e desconsideração de eram vítimas seria a médio prazo seria o recurso a violência e instabilidade.

## A denúncia à política laboral colonial

Uma das críticas mais assertivas feitas por D. Sebastião estava relacionada com o trabalho forçado abundantemente praticado um pouco por todo território moçambicano mormente nas zonas rurais. Para ele o trabalho forçado não só era indigno como separava as famílias africanas que por natureza eram muito unidas e solidárias.

Para Dom Sebastião a valorização do homem devia estar em primeiro lugar contrapondo o interesse materialista. A satisfação da pessoa humana devia ser a prioridade das autoridades governativas para que este se sentisse parte do desenvolvimento. Por isso mesmo não se devia enveredar pela valorização da cultura do açúcar, do arroz, do algodão,

do sisal, do milho, do chá, da valorização do carvão da madeira e de outras riquezas que as terras moçambicanas podiam oferecer em detrimento dos próprios moçambicanos.

Esta postura não significava que ele estivesse contra a exploração agrícola ou mineira, mas sim que em tudo quanto fosse realizado em prol do desenvolvimento tomasse em consideração que a pessoa humana encerrada no moçambicano pudesse ser parte desses avanços. Que o desenvolvimento não significasse a desgraça das comunidades no seu desenraizamento com a sua própria terra.

Uma das preocupações que se avolumavam era em relação a mentalidade de provisoriedade que afectava a maioria dos mentores das políticas coloniais que achavam que no território moçambicano não deviam ser erguidas obras ou infra-estruturas definitivas. Ele observava com mágoa e preocupação o facto de anualmente haver a reparação sistemática e repetida das mesmas estradas tirando os habitantes dessas zonas o tempo das machambas. Ele defendia que as obras a serem feitas deviam ter um carácter definitivo. A título de exemplo notava que a maioria das estradas só eram transitáveis na época seca, e, logo que as chuvas comessem a sulca-las estas se tornavam lamacentas e impraticáveis. Num desabafo sobre o que via anualmente Dom Sebastião dizia:

Há grupos de indígenas que passam semanas, dias e meses a reparar o leito desses caminhos lançando nova terra, a regularizar o curso das valetas com os seus sucessivos desvios, a estabelecer novas pontes em substituição das que as águas pluviais arrastaram consigo, cortando novas pranchas, carregando-as aos seus ombros, tantas vezes de longe, fixando-as de margem a margem, juntando-as e fazendo delas passadiços de carros e peões (Difel, 1994 p. 583)

Fica claro que o trabalho forçado infringido aos africanos partia do pressuposto colonial de que havia nas comunidades mão-de-obra abundante e desocupada a todo o momento, não tomando em consideração as necessidades das populações de se dedicarem as suas machambas, a pesca, a caça e ao lazer.

A questão do trabalho forçado a que os africanos estavam sujeitos constituiu um dos grandes problemas enfrentados por Dom Sebastião na sua acção pastoral. Ele reconhecia que trabalho era uma necessidade humana, sendo assim um direito e um dever, mas era contra a forma como o trabalho era concebido pelas autoridades. O trabalho devia ser imposto a todos os habitantes do território de igual modo e não só para aqueles que na óptica dos governantes eram tidos como indolentes, preguiçosos e avessos à civilização, tratamento esse que se dava aos autóctones. Aqui encontramos um dos principais sinais de discórdia entre a Igreja da Diocese da Beira e o governo colonial.

O trabalho concebido de forma injusta e brutal tornava-se uma forma de castigo e desumanizava os autóctones, e muitas vezes constituía uma tragédia para as famílias. O afastamento por muito tempo dos homens das suas comunidades fragilizava as relações de parentesco que era o apanágio do africano. Dom Sebastião não concordava com o desenraizamento dos homens das suas famílias e comunidades por períodos longos.

Com o despontar de uma certa indústria no território moçambicano a par do já avanço industrial dos países vizinhos, surgiu uma nova discórdia protagonizada pelo Bispo da Beira no concernente ao recrutamento de mão-de-obra para alimentar a agricultura comercial e a indústria. Inicialmente o recrutamento dos trabalhadores era feito pelas autoridades administrativas e mais tarde surgiram, carteis e empresas especializadas no recrutamento dos africanos para as farmas e fábricas. Num e noutro caso o recrutamento era feito de forma indigna e aflitiva para a condição humana dos africanos e mesmo angustiante.

A angústia de D. Sebastião está reflectida neste desabafo e intolerância em relação ao recrutamento de forma desumana da mão-de-obra africana (Difel, 1994).

Em regiões desta Diocese há portugueses que angariam homens para servirem patrões e executar trabalhos não portugueses, além-fronteira. Não sei nem me interessa saber para o ponto de vista que pretendo defender se o tal recrutamento é legal. Seja ou não seja legal, o que é certo é que, em qualquer hipótese, semelhante medida é intolerável (p. 588).

O negócio do recrutamento de mão-de-obra africana, tanto para dentro do território nacional como para o estrangeiro estaria ligado aos salários de miséria que normalmente afectava os moçambicanos, uma vez que as empresas contratantes fixavam um certo quantitativo de dinheiro por cada indígena que se lhe fornecia. Na sequência deste negócio degradante, formava-se uma rede criminosa de caça e desterro de homens nas comunidades ao sabor das empresas compradoras. Assim surgiram redes bem montadas, uma malha bem urdida que sucessivamente apertava os sipais, os régulos e aos chefes das povoações para fornecerem o maior número possível de força braçal.

Ligada a situação de discriminação negativa da mão-de-obra africana veio ao de cima os traumatismos criados pelas monoculturas de algodão e de arroz. Não estava em causa a recusa do desenvolvimento destas culturas que até uma certa medida impulsionavam a agricultura alimentar e a agricultura industrial, mas sim os métodos brutais usados para o seu cultivo.

A cultura do algodão, em particular, mereceu uma crítica muito dura na medida em que esta era feita usando métodos que se assemelhavam a escravatura. Porque os homens tinham a possibilidade de fugir destes maus tratos, as sevícias sobravam na maioria das vezes as indefesas mulheres que tinham pouca capacidade de se refugiarem nos bosques, nas ilhas ou nos locais mais longínquos das suas zonas de origem. Para além da cultura do algodão, a prática da cultura do arroz constituía forma de escravidão moderna onde os camponeses eram expostos ao sol abrasador dentro da água de troncos dobrados durante horas a fio. Nestas culturas cujo trabalho era animalesco, as crianças eram vítimas colaterais pois tinham que acompanhar os seus progenitores para aqueles empreendimentos.

A denúncia interna e externa à forma como os africanos indígenas eram tratados e a aproximação que estes tinham em relação ao Bispo a quem confiavam as suas confidencias, foi umas das razões pelas quais as relações entre o regime colonial e o Bispo da Beira foram de uma críspação irreconciliáveis.

## Dom Sebastião e a educação para o nacionalismo

Na sua acção para a transformação das mentes dos moçambicanos para ganharem a consciência da realidade de pertença de um Estado, Dom Sebastião, apostou na instrução, educação e formação dos moçambicanos que a partir do governo colónia não tinham essa possibilidade. O Bispo pensava na educação como um processo de transformação do homem-indivíduo em pessoa. Nisto, ele não descriminava a educação a dar aos pretos indígenas e aos brancos não indígenas contrariando o preconizado pelo Diploma Legislativo nº 238, de 17 de Maio de 1930. (Arquidiocese da Beira, 2023).

O engajamento de Dom Soares de Resende para providenciar a educação, ensino e a formação técnico profissional iniciou logo que chegou a Beira na década de 40. Nas suas primeiras viagens missionárias, ele deparou e indignou-se com uma chocante falta de escolas e de professores em toda a extensão da sua diocese, o que o levou a esboçar um ambicioso plano para a educação dos habitantes da diocese fossem eles africanos ou não.

O trecho seguinte reflecte com exactidão a repulsa pela situação e a grande preocupação que o bispo tinha pela educação e ensino:

Quero agora e tão-somente salientar um ou outro aspecto desta emaranhada, mas actualíssima questão. É necessário que se conceda não de direito, porque uma tal concessão está feita há muito, mas de facto aos indígenas de ambos os sexos, por um lado a possibilidade de frequentarem a escola e, por outro lado, se ponha em execução por parte da autoridade em ordem aos mesmos indígenas a obrigatoriedade do ensino. É que há regiões em que os indígenas querem aprender, o ensino existe, mas obstáculos vários tornam esse ensino inacessível (Difel, 1994, p.445).

No seu desejo férreo de iniciar e massificar o ensino, a educação e a formação população indígenas, o Bispo da Beira, incentivou centenas de salas de aula para que as crianças e os jovens pudessem se preparar para a vida numa sociedade marcada pela exclusão da maioria dos africanos. Em quase todas as paróquias erguidas no seu consulado, tinham uma escola primária assistida por padres ou professores africanos previamente formados nos centros de formação de professores.

Nesta acção de massificação do ensino primário, na grande extensão da Diocese da Beira, foi importante o papel dos padres que comungavam com os ideais de Sebastião que iam pelas aldeias adentro a pé, de bicicletas ou de motoretas para sensibilizar as comunidades da necessidade das crianças e os jovens aderirem a frequência das escolas como forma de prepara-los para conseguirem um emprego condigno. Para o Bispo, estava claro que os fundamentos básicos para a promoção e mobilidade social dos africanos indígenas passavam inexoravelmente pela adesão destes na escola, onde iriam, mais conscientemente enfrentar a opressão colonial e contra ela lutarem.

Com o alvo de complementar a massificação do ensino primário na sua Diocese, ele lançou o ensino secundário em todos os distritos sob a sua pastoral, com destaque para

o Instituto Liceal D. Gonçalo da Silveira (1948), confiado aos Irmãos Maristas; o Colégio diocesano de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> dos Anjos, para o sexo feminino, na cidade da Beira, confiado às Franciscanas Missionárias de Maria; o Colégio de Vila Pery, confiado às Irmãs Franciscanas de Calais; o Colégio diocesano de Santa Clara, em Macequece, entregue desde 1958 às Franciscanas Hospitaleiras; o Colégio diocesano de S. José, em Tete (1951), confiado às Irmãs de S. José de Cluny. Defende que para além das escolas primárias e secundárias se avance na construção de escolas profissionais (artes e ofícios) e escolas de formação superior, escolas normais para formação de professores nativos de Inhaminga e Dondo (além de Boroma, em Outubro de 1945, e Tete), bem como o Infantário da Beira (Difel, 1994).

Para o prelado, a educação a ministrar ao indígena não devia ser qualquer tipo de educação, mas aquela que permitisse a valorização do moçambicano como um ente pertencente a uma nacionalidade própria que o permitisse tomar os seus próprios destinos.

Importa, porem, que os moçambicanos tomem, quanto antes e desde já, consciência da necessidade e importância da instrução e educação e mandem os seus filhos e suas filhas à escola, com regularidade e constância, todos os dias lectivos da semana, do mês e do ano e em todos os anos de estudos, (...) sem tal assiduidade de frequência escolar e de estudos, em qualquer curso ou escol, é impossível a todo o aluno aprender e educar-se. (Difel, 1994, pp. 1286-87)

O espírito transformacionista imprimido nas escolas católicas da sua diocese vindo do pensamento do Bispo da Beira serviu de alavanca para muitos jovens abraçarem os ideais nacionalistas que pairavam no continente africano. Por via disso, a maioria dos quadros e jovens dirigentes que compunham a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) vinham das escolas católicas (Mondlane, 1995).

Dom Sebastião queria que Moçambique estivesse ao nível dos melhores países em África em termos da educação por ele teve o projecto de fundação de uma Universidade dentro da sua diocese que servisse não só para Moçambique, mas para os jovens de vários países africanos colonizados por Portugal. Esta sua pretensão constituiu uma grande afronta ao poder colonial que não considerava a educação do negro africano uma prioridade, e, para a administração colonial via uma Universidade em Moçambique sob a gestão académica do Bispo da Beira como um perigo para a manutenção e consolidação do Estado Novo.

Para Resende, essa universidade devia ter características próprias, capazes de catapultar a juventude dos africanos que deviam dominar a ciência, a técnica e humanidades. Uma universidade para Moçambique devia comportar: i) ter ensino completo, isto é, com cursos que abrangessem as ciências, incluindo as engenharias, a medicina, a zoologia, a botânica, a mineralogia, etc., as letras, a técnica, filosofia e a teologia, com o quadro total de faculdades; uma universidade de cunho profundamente local para resolver problemas candentes locais, concretamente no estudo das ciências e das letras, que estudasse

seriamente a zoologia, a botânica e a mineralogia que muito a África bem precisa, bem como as letras africanas; iii) ser uma universidade moderna, que se evidenciasse pela actividade científica com a mesma objectividade e independência a toda realidade existente no universo; iv) que fosse uma universidade que cultivasse a excelência, que fosse uma instituição de ensino superior alicerçada na matriz de todo o saber humano; v) uma universidade com uma nobre transcendência missão de criar autênticos valores que promove a cultura cristã nos seus elementos mais universais com todas as manifestações culturais locais; vi) enfim, uma universidade aberta para todos, independentemente da raça, religião e condição social, integrar os indígenas e não indígenas (Arquidiocese da Beira, 2023).

A educação foi, na perspectiva do Bispo Beira uma arma poderosa para transformar o moçambicano numa situação de um simples espectador da situação de ser o principal actor para a consciência nacionalista.

### ***Dom Sebastião e a autonomia de Moçambique***

O nacionalismo anticolonial surgiu durante a descolonização do período pós-guerra. Constituiu uma reacção, principalmente na África e na Ásia, contra a subjugação por potências estrangeira. O nacionalismo anticolonial se baseia na experiencia de intelectuais indígenas no quadro de pessoal das colónias.

A história dos séculos XIX e XX foi sem dúvida, marcada em África pela opressão colonial, de facto, a situação colonial era de exploração económica aliada a discriminação racial e injustiças para com os indígenas. Muitos africanos foram atingidos por esta presença opressora, e, como resultado desta situação, estabeleceu-se uma unidade entre os povos explorados, dando inicio ao nacionalismo em África, portanto, os nacionalismos em África surgiram como forma de contestação a esta situação colonial.

O Bispo da Beira advogava para Moçambique um nacionalismo independentista do tipo cívico que também é conhecido como nacionalismo liberal que se define como sendo uma associação de pessoas que identificam como pertencentes à uma nação, que tem direitos políticos iguais, e fidelidade a procedimentos políticos semelhantes, aqui, a nação não se baseia em uma ascendência étnica comum, mas se assume como uma entidade política de valores e interesses comuns. Seguindo esta variante nacionalista, ele instava as autoridades portuguesas a enveredarem por uma autodeterminação fundada no reconhecimento que todos os moçambicanos independentemente da sua raça, etnia, credo religioso ou filiação política poderiam conviver em paz num Moçambique independente.

Eduardo Mondlane, na sua obra política de referência, «Lutar por Moçambique» publicada dois anos depois da morte de Dom Sebastião, retrata com uma certa acutilância da situação dos moçambicanos que os teria levado a enveredar pela luta armada de libertação de Moçambique. Como forma de mobilização da comunidade internacional para a causa da luta assim para esclarecer aos moçambicanos as razões que levaram alguns moçambicanos a abandonarem os seus primeiros projectos de vida para a luta.



Mondlane, para dar força a razão da luta traz extractos das experiências de vida que mostravam o porquê das pessoas se juntaram na luta pela independência. Natacha Deolinda (Província de Manica e Sofala), segundo (Mondlane 1969)

O meu pai conduzia um camião que transportava milho, açúcar, arroz, etc., para uma companhia (...) Ganhava 300escudos por mês (\$10.17 cêntimos) trabalhando todos os dias e muitas vezes à noite, enquanto os motoristas brancos ganhavam 3000 escudos (100.17 cêntimos) pelo mesmo trabalho (...) a vida era difícil em nossa casa: comíamos um pouco de milho, um pouco de farinha, por vezes um pouco de arroz, mas era muito difícil comprar carne; um pequeno pedaço de carne custava pelo menos 15 escudos, (p.45)

A situação de injustiça praticada contra a generalidade dos moçambicanos pretos, mormente a injustiça salarial é descrita por Eduardo Mondlane como sendo a experiência mais amarga que as pessoas que aderiram a luta traziam. Na mesma linha são trazidas experiências análogas de Joaquim Maquival da Província da Zambézia e casal ribeiro de Tete.

O trabalho forçado foi, também vezes sem conta denunciado pelos movimentos de libertação e como sendo uma causa profunda para o descontentamento dos moçambicanos. Este facto teria originado a vinda em 1961 de uma comissão da Organização Internacional do Trabalho para averiguar as denúncias chegadas as Nações Unidas por parte de organizações religiosas que operavam em Moçambique.

As denúncias feitas por Dom Sebastião foram motivos de referenciamento na obra que vimos mencionando onde se afirma:

(...) O Bispo da Beira D. Sebastião Soares de Resende (...) durante vários anos ele atreveu-se mesmo a questionar o governo pelo tratamento dado aos agricultores africanos de algodão. Nas suas cartas pastorais mensais, publicados numa revista da Igreja, criticava frequentemente a maneira como o governo implementava certos aspectos da sua política africana. O Bispo D. Sebastião é um dos liberais portugueses (...) (Mondlane 1969, p.64)

A cultura de algodão feita de forma obrigatória pelas comunidades camponesas de Moçambique e que mereceu uma veemente condenação por parte de D. Sebastião voltou a ser retomada por Mondlane no relato Rita Mulumbua quando eles trabalhavam nas machambas de algodão, e que não queriam dedicar-se a esta cultura, mas tinham que cultivá-lo obrigatoriamente para o rendimento dos colonos. O desejo das famílias era de plantar mandioca, feijão e milho. Mas se recusassem cultivar o algodão eram presos e algemados, batidos e enviados para um lugar de onde muitas vezes não se voltava, situação que provocava a revolta das comunidades aldeãs (Mondlane, 1969).

A migrações que se avolumaram para a Rodésia, Malawi, África do Sul e outros países próximos de Moçambique propiciaram a confluência das experiências relatadas pelos nacionalistas moçambicanos e consubstanciavam as denúncias trazidas por Dom Sebastião ligadas as injustiças de vária ordem tais como: o trabalho forçado na construção de infra-estruturas, no cultivo do algodão e do arroz, desapropriação das terras aos nativos,

prisões arbitrárias, discriminação racial e falta de liberdade política. Não foi por acaso que as primeiras organizações de carácter político replicaram ao seu jeito as denúncias vindas da Beira a partir das cartas pastorais, das homilias e de outras acções de D. Sebastião.

Os primeiros partidos políticos aspirando à independência foram a União Democrática de Moçambique (UDENAMO), fundada em 1960 na então Rodésia do Sul, a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) surgida também em 1961, na Niassalândia e a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) criada em 1961 na então Tanganica. Nos meados deste ultimo ano, os três grupos tinham a sua sede em Dar-es-Salaam (Tanganica), facilitando contactos que levaram à sua fusão na Frente de Libertação de Moçambique (Marques, 1981). Não foi casual o facto de os três movimentos terem surgido no Norte de Moçambique, particularmente os dois primeiros terem despontado em capitais estrangeiras cuja emigração ter sido feita por moçambicanos que tinham tido um contacto mais directo da acção missionária de Dom Sebastião.

A Frente de Libertação de Moçambique resultante da fusão daquelas três organizações políticas vai congrega em certa medida o nacionalismo anticolonial que estava em voga e África ao nacionalismo cívico defendido pelo Bispo da Beira. Na generalidade dos intelectuais que abraçaram os movimentos independentistas tinham tido algum contacto com as ideias anticoloniais difundidas pelo Bispo.

Em «Lutar por Moçambique», Eduardo Mondlane, afirma categoricamente:

No caso da Frente de Libertação de Moçambique, a maior parte dos membros do Comité Central, que dirige todo o programa de luta, ou são católicos ou provém de famílias católicas (...) A grande maioria dos nossos estudantes no exterior que fugiram de escolas portuguesas quer em Moçambique quer em Portugal, são católicos. (Mondlane, 1969 p. 63)

A influência deste Bispo para a conscientização dos jovens nas comunidades da sua Diocese e no contacto destes com outros moçambicanos funcionou como um veio de transmissão para a motivação destes para formarem ou aderirem aos movimentos de libertação em Moçambique. Estes jovens, recebiam através dos padres progressistas o conhecimento das dinâmicas libertárias no mundo e das forças políticas e sociais que nos outros países africanos lutavam contra as potências coloniais ou que já tinham adquirido as suas autonomias nacionais.

Segundo a Revista Além-Mar (2012), o Bispo da Beira tinha a convicção, já partir de 1954 de que, num futuro próximo, a colónia portuguesa do Índico caminharia inevitavelmente para a autodeterminação e mesmo para a independência, para ele, Moçambique tinha os seus direitos e uma vez que seja possível, deve tornar-se independente, com negros e brancos a governar. Esta convicção profética de Sebastião, não tardou a confirmar-se, uma vez que nessa mesma década os moçambicanos iniciaram uma movimentação que culminaria com o surgimento de organizações independentistas reclamando de Portugal a independência de Moçambique.

O Bispo dos pretos, como alguns dos seus detractores o chamavam, deixou, em memória, um testamento através do qual pede perdão a todos os colaboradores e habitantes da diocese, cristãos e não cristãos. São eloquentes as palavras sobre o seu funeral: «Gostaria que, em algum trajeto, os cristãos africanos pegassem ao meu caixão. Desejaria também que fosse sepultado na principal via interna do cemitério que fosse mais calcada pelos visitantes, em simples campa rasa e com uma pequena pedra por cima, em que se inscreva somente: “Sebastião, primeiro bispo da Beira.” Aí ficarei e aí esperarei a ressurreição da carne, para o juízo final.» (Revista Além-Mar, 2012).

Dom Sebastião Soares de Resende, primeiro Bispo da Beira, encerrava no seu perfil missionário o ideário de justiça, irmandade humana, direitos cívicos e liberdade política para os africanos. Propunha uma independência política de moçambique baseada no respeito mútuo entre os moçambicanos de todas raças, etnias e religiões que permitisse construir uma nação baseado no desenvolvimento e felicidade de todos.

## CONCLUSÃO

No final desta pesquisa procurou-se encontrar uma conclusão que fosse ao encontro dos objectivos anunciados que são: indicar o contexto político do consulado de Dom Sebastião de Resende; Caracterizar as dinâmicas do nacionalismo africano e moçambicano no consulado de Dom Sebastião Soares de Resende; apresentar as acções levadas a cabo por Dom Sebastião Soares de Resende para a consciência nacionalista.

Dom Sebastião é nomeado Bispo da Beira numa altura em que vigorava em Portugal um regime caracterizado por uma ditadura fascista que ao nível das colónias portuguesas e em particular em Moçambique, a governação era caracterizada por prática de injustiças em todas vertentes da vida dos moçambicanos, mormente no que dizia respeito aos indígenas que eram a maioria da população. Os moçambicanos não possuíam direitos políticos, económicos e sociais. Politicamente, os moçambicanos não eram actores do seu próprio destino o que provocada ao nível dos indígenas o desejo de se tornarem independentes de Portugal. Ao nível da exploração da mão-de-obra, vivia-se quase uma escravatura, o trabalho forçado praticado nos latifúndios de algodão, arroz, sisal e outras monoculturas configurava uma violação dos direitos humanos. Socialmente as condições de vida dos moçambicanos autóctones era deveras difícil caracterizada por fomes, falta de educação condigna e uma saúde precária.

O nacionalismo moderno em África e em Moçambique começou a despontar na segunda metade do século XX com a consolidação de uma elite de africanos mais educado e com uma maior consciência dos seus direitos políticos, sociais e económicos. Neste despertar do nacionalismo, papel relevante jogou a Igreja, tanto católica como protestante. Uma grande maioria da elite política africana teve a sua educação nas instituições religiosas onde teve contacto com os sectores mais progressistas da Igreja.

Perante a situação real que Dom Sebastião Soares de Resende encontrou em Moçambique, principalmente, nas suas viagens missionárias o que lhe permitiu observar o quão injusta era a condição dos indígenas nos territórios que constituíam Moçambique iniciou uma acção tendente a combater estes males. Denunciou vigorosamente o trabalho forçado, as prisões arbitrárias, os contratos injustos de trabalho, salários discriminatórios, habitação não condigna, a censura de consciência, a falta de liberdade de pensamento e outras práticas opressoras do colonialismo.

As denúncias públicas feitas pelo Bispo da Beira ajudaram no despertar nacionalista de jovens, de mulheres, de homens, de intelectuais, nas pequenas comunidades, nas escolas, nas paróquias, nas cidades, no campo que começaram a lutar pela liberdade, justiça e igualdade.

A educação foi usada como a grande arma para levar os moçambicanos a saírem da condição de observadores passivos da sua própria história de exploração e injustiças para passarem a agentes activos da sua libertação a partir da contribuição para a consciência nacionalista resultante da instrução, educação e formação integral proporcionada pelas escolas católicas nas mãos dos padres brancos um pouco pelo território da diocese.

Jovens educados nas escolas e seminários da Diocese da Beira, nas décadas de 60 e 70, engrossaram as fileiras dos movimentos de libertação que combatiam o regime salazarista o que contribuiu sobremaneira que estes, fossem dotados de quadros jovens com o nível secundário de escolaridade o que permitiu dotar o país de uma massa esclarecida para enfrentar as inúmeras necessidades em pessoas formadas que o país teve depois da conquista da soberania política pelos moçambicanos.

A confrontação de Dom Sebastião Soares de Resende as políticas do regime colonial teve eco e seguimento em homens e mulheres que mais tarde corporizaram o embrião dos primeiros movimentos nacionalistas, daí a razão do reconhecimento do contributo deste prelado por Eduardo Mondlane dirigente do movimento de libertação em Moçambique que em 1974 negociou com o governo português a independência nacional.

## REFERÊNCIA

AFRICANA STUDIA. (2015) N.º 23, 2015, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Porto.

Anderson, Benedict. (1994) *Imagined Communities*. Londres: Verso.

Bauer, John. (1994) *2000 Anos de Cristianismo em África. Uma História da Igreja Africana*. Edições Paulinas, Lisboa, Luanda, Maputo.

Capoco, Zeferino. (2013) *O nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)*. Tese de doutorado: Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

Chauí, Marilena. (2000) *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo.

Costa, Cândido. (1970). *Cem Anos dos Missionários do Espírito Santo em Angola. 1866-1966*, Ed. Espiritanos, Nova Lisboa.

Difel. (1994). *Profeta em Moçambique. Sebastião Soares de Resende, Bispo da Beira*. Difusão Editora, SA. Lisboa.

Fanon, Frantz. (2022). *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar.

Hobsbawm, Eric (1998). *A questão do Nacionalismo – nações e nacionalismo desde 1780*. Terramar.

Hove, M. & Chenzi, V. (2017). *Prophets of boom: The Zimbabwean Christian community and contemporary politics*, *Insight on Africa*. <https://doi.org/10.1177/0975087817710054> (Acedido em 20 de Maio de 2021)

Mancini, Pasquale. (1985). *Sobre la nacionalidad*. Madrid: Tecnos.

Marques, A H de Oliveira. (1981). *História de Portugal*. Palas Editores, Lisboa

Mondlane, Eduardo. (1995). *Lutar por Moçambique*. 1ª Edição Moçambicana. Colecção “Nosso Chão”, Maputo

Mondlane, Eduardo. (1995). *Lutar por Moçambique*. Maputo: Nosso Chão,

Nkrumah, Kwame. (1961). *I Speak of Freedom, a Statement of an African Ideology*, London.

Oloruntimehin, B. Olatunji. (1991) Cap. 22 “A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935”. In: Boahen, A. Adu (Coord.). *História Geral da África. A África sob dominação colonial*. São Paulo: Ática / UNESCO, v.VII.

Revista Além-Mar, publicada em 25 de Janeiro de 2012

Said, Edward. (2000). *Cultura e Imperialismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

Silva, Francisco da. & Costa, Darc (org.). (2005). *Mundo Latino e Mundialização*. Rio de Janeiro: Mauad.

Simango, Uria. (1969). *Situação Sombria na FRELIMO*. Disponível em: <[http://macua.blogs.com/files/uria\\_simango\\_1969.pdf](http://macua.blogs.com/files/uria_simango_1969.pdf)>. Acesso em 16/2/2024.